



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Santo
Cristo SPE S.A.*



Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

**ÍNDICE**

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 5 |
| Demonstração do resultado..... | 6 |
| Balancos patrimoniais..... | 7 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Notas explicativas..... | 9 |
| 1 Informações gerais e base de preparação | 9 |
| 1.1 Informações gerais..... | 9 |
| 1.2 Base de preparação e políticas contábeis | 11 |
| 1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação | 11 |
| 2 Principais informações financeiras | 11 |
| 2.1 Resultado do exercício..... | 11 |
| 2.2 Ativos e passivos financeiros | 13 |
| 2.3 Ativos e passivos não-financeiros | 19 |
| 2.4 Patrimônio líquido..... | 21 |
| 3 Estimativas críticas e riscos..... | 22 |
| 3.1 Estimativas críticas e julgamentos | 22 |
| 3.2 Gestão de riscos | 23 |
| 4 Itens não reconhecidos..... | 24 |
| 4.1 Contingências..... | 24 |
| 5 Outras informações | 24 |
| 5.1 Transações com partes relacionadas | 24 |
| 5.2 Seguros..... | 25 |
| 6 Principais práticas contábeis adotadas | 25 |
| 6.1 Caixa e equivalentes de caixa..... | 25 |
| 6.2 Imobilizado | 25 |
| 6.3 Intangível..... | 26 |
| 6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)..... | 27 |
| 6.5 Empréstimos e financiamentos | 28 |
| 6.6 Provisões..... | 28 |
| 6.7 Tributação | 28 |
| 6.8 Outros ativos e passivos | 29 |
| 6.9 Reconhecimento de receita..... | 29 |
| 6.10 Instrumentos financeiros | 30 |
| 6.11 Passivo de arrendamentos..... | 30 |
| 6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente..... | 30 |
| 6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes | 31 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
São Miguel do Gostoso - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

7017104222064EF...
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC 086312/O-6 T-RJ

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais



| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------|----------------|----------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL | | 2.719 | 4.809 |
| Ajustes por | | | |
| Resultado financeiro - Provisão de Juros | 2.1.3 | 5.715 | 4.886 |
| Ajuste a valor presente | 2.1.3 | 121 | 111 |
| Depreciação e Amortização | 2.1.2 | 3.798 | 3.709 |
| Penalidades contratuais - Provisão | 2.1.1 | 6.590 | 3.066 |
| Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira | 2.2.8 | - | 920 |
| Penalidades contratuais - atualização financeira | 2.1.3 | 420 | 904 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 2.2.4 | 319 | - |
| Rendimento de aplicação financeira | 2.1.3 | (3.636) | (2.397) |
| Diminuição (aumento) nos ativos | | | |
| Contas a receber | | (1.075) | (300) |
| Adiantamentos a fornecedores | | 92 | 79 |
| Despesas antecipadas | | 337 | (27) |
| Outros ativos | | (325) | 87 |
| Aumento (diminuição) nos passivos | | | |
| Fornecedores | | (238) | 137 |
| Obrigações fiscais e trabalhistas | | (333) | (311) |
| Contas a pagar – partes relacionadas | | (7) | 130 |
| Penalidades contratuais - pagamento | 2.2.8 | (2.737) | (2.792) |
| Outras obrigações | | - | (7) |
| Recursos provenientes das atividades operacionais | | 11.760 | 13.004 |
| Juros pagos sobre financiamento | 2.2.7 | (3.360) | (3.685) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.488) | (1.202) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais | | 6.912 | 8.117 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários | | 1.528 | 430 |
| Aquisições de imobilizado | 2.3.1 | - | (83) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de investimento | | 1.528 | 347 |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | 2.2.7 | (5.155) | (4.690) |
| Aumento de capital | 2.4.1 | 728 | 83 |
| Dividendos pagos | | (761) | (1.002) |
| Resgates da reserva de capital | 2.4.2 | (2.748) | (2.604) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento | | (7.936) | (8.213) |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 504 | 251 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 2.2.2 | 1.587 | 1.336 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 504 | 251 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 2.2.2 | 2.091 | 1.587 |
| Transações que não afetam o caixa | | | |
| Baixa de valores prescritos | 2.1.2 | (38) | 52 |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
Demonstração do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais




| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-----------|----------------|----------------|
| Receita operacional com fornecimento de energia, líquida | 2.1.1 (a) | 18.060 | 20.583 |
| Outras receitas operacionais, líquida | 2.1.1 (b) | 606 | 953 |
| Custo dos Serviços | 2.1.2 | (12.447) | (12.327) |
| Resultado bruto | | 6.219 | 9.209 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas Administrativas | 2.1.2 | (768) | (718) |
| Lucro antes do resultado financeiro e tributos | | 5.451 | 8.491 |
| Despesas financeiras | | (6.437) | (6.079) |
| Receitas financeiras | | 3.705 | 2.397 |
| Resultado financeiro | 2.1.3 | (2.732) | (3.682) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | 2.719 | 4.809 |
| Imposto de renda e contribuição social | 2.1.4 | (2.131) | (1.604) |
| Lucro líquido do exercício | | 588 | 3.205 |

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a demonstração dos resultados abrangentes.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais



| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|-------|----------------|----------------|--|-------|----------------|----------------|
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.2.2 | 2.091 | 1.587 | Fornecedores | 2.2.6 | 1.115 | 1.353 |
| Contas a receber | 2.2.4 | 3.141 | 2.385 | Empréstimos e financiamentos | 2.2.7 | 6.231 | 4.709 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 16 | 70 | Obrigações fiscais e trabalhistas | | 1.018 | 704 |
| Despesas Antecipadas | | - | 337 | Contas a pagar - Partes relacionadas | 5.1 | 163 | 170 |
| Outros Ativos | 2.2.5 | 809 | 792 | Dividendos - Partes relacionadas | 5.1 | 140 | 761 |
| Total do ativo circulante | | 6.057 | 5.171 | Penalidades contratuais | 2.2.8 | 13.630 | 13.363 |
| | | | | Total do passivo circulante | | 22.297 | 21.060 |
| Não Circulante | | | | Não Circulante | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.2.3 | 28.580 | 26.472 | Empréstimos e financiamentos | 2.2.7 | 32.568 | 36.890 |
| Contas a receber | 2.2.4 | 1.047 | 1.047 | Penalidades contratuais | 2.2.8 | 5.776 | 1.737 |
| Outros ativos | 2.2.5 | 655 | 347 | Outras obrigações | | - | - |
| Imobilizado | 2.3.1 | 92.665 | 96.317 | Obrigações pela desativação de ativos | | 1.440 | 1.318 |
| Intangível | 2.3.2 | 2.226 | 2.372 | Total do passivo não circulante | | 39.784 | 39.945 |
| Total do ativo não circulante | | 125.173 | 126.555 | Total do passivo | | 62.081 | 61.005 |
| | | | | Patrimônio Líquido | 2.4 | | |
| | | | | Capital Social | | 59.938 | 59.210 |
| | | | | Reserva de capital | | 568 | 3.316 |
| | | | | Reserva de lucro | | 8.643 | 8.195 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 69.149 | 70.721 |
| Total do Ativo | | 131.230 | 131.726 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 131.230 | 131.726 |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

| | Nota | Capital Social | Reserva de Capital | Reservas de Lucro | | | Lucros acumulados | Total |
|---|-------|----------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|---------------|
| | | | | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Total | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 59.127 | 3.416 | 971 | 7.284 | 8.255 | - | 70.798 |
| Aumento de capital | 2.4.1 | 83 | - | - | - | - | - | 83 |
| Resgates da reserva de capital | 2.4.2 | - | (2.604) | - | - | - | - | (2.604) |
| Constituição reserva de capital | 2.4.2 | - | 2.504 | - | (2.504) | (2.504) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 3.205 | 3.205 |
| Constituição de reserva legal | | - | - | 159 | - | 159 | (159) | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | - | (761) | (761) |
| Lucros retidos a deliberar | | - | - | - | 2.285 | 2.285 | (2.285) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 59.210 | 3.316 | 1.130 | 7.065 | 8.195 | - | 70.721 |
| Aumento de capital | 2.4.1 | 728 | - | - | - | - | - | 728 |
| Resgates da reserva de capital | 2.4.2 | - | (2.748) | - | - | - | - | (2.748) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 588 | 588 |
| Constituição de reserva legal | | - | - | 29 | - | 29 | (29) | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | - | (140) | (140) |
| Lucros retidos a deliberar | | - | - | - | 419 | 419 | (419) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 59.938 | 568 | 1.159 | 7.484 | 8.643 | - | 69.149 |

Notas explicativas**1 Informações gerais e base de preparação**

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de outubro de 2011, tem sede administrativa e foro jurídico no município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte na Rodovia RN 221, s/n, KM 14, Bairro: Zona Rural - CEP: 59.584-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Santo Cristo.

A Companhia recebeu a declaração de apta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 30 de junho de 2015, porém não iniciou a operação, pois a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) não havia concluído a Subestação de Transmissão, fato que ocorreu em junho de 2017. Conforme previsto no CER - Contrato de Leilão de Energia de Reserva, a Companhia começou a faturar o Contrato, independentemente de estar gerando energia, a partir do recebimento da declaração de apta.

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 1º de julho de 2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 KW kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



de R\$ 98,92/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2035 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 166/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em 31 de dezembro de 2025, mesmo com capital circulante negativo no montante de R\$ 16.240 (R\$ 15.889, em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, assim como de empréstimos e financiamentos. Cabe destacar que, embora os contratos de venda de energia elétrica de longo prazo continuem vigentes, os valores registrados no ativo circulante referem-se apenas às receitas já realizadas por competência mensais que serão liquidadas no mês subsequente, não refletindo o valor total contratual a receber ao longo do prazo dos contratos. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia dispõe de estrutura operacional e financeira suficiente para conduzir suas atividades normalmente, sendo as presentes demonstrações financeiras elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 4 de fevereiro de 2026.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1.2 Base de preparação e políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional líquida****2.1.1.(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Receita bruta de fornecimento - CCEE | 25.437 | 24.429 |
| Penalidade - CCEE | (6.590) | (3.066) |
| Tributos sobre receita | (787) | (780) |
| Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida | <u>18.060</u> | <u>20.583</u> |

As penalidades apuradas para o exercício totalizam um montante de R\$ 6.590 (Nota 2.2.8), sendo majoritariamente composta por:

- R\$ 3.774 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 4.770 referente a penalidade anual corrente do 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026) e R\$ 272 referente a penalidade quadrienal apurada para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 14 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022).
- Reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 1.407) e penalidade quadrienal corrente (R\$ 800).

2.1.1.(b) Outras receitas operacionais

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Outras receitas operacionais | 925 | 953 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (319) | - |
| Total de outras receitas operacionais, líquida | <u>606</u> | <u>953</u> |

Saldo do exercício:

- Emissão do documento do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque Santo Cristo acima do previsto em contrato, sendo eles R\$ 99 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de (R\$ 84) realizada

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



no exercício comparativo e R\$ 910 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 222 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 731 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024).

- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 319) a título de provisão para perdas de crédito.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|---|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|
| | Custos | Despesas administrativas | Custos | Despesas administrativas |
| Depreciações e amortizações | (3.798) | - | (3.709) | - |
| Encargos setoriais | (2.862) | - | (2.875) | - |
| Serviços de operação & manutenção | (3.535) | - | (3.398) | - |
| Serviços de operação & manutenção - Partes Relacionadas | (1.510) | - | (1.437) | - |
| Seguros | (338) | - | (328) | - |
| Aluguel | (403) | - | (351) | - |
| Energia comprada para revenda | (1) | - | (3) | - |
| Outros custos | - | - | (226) | - |
| Serviços | - | (574) | - | (480) |
| Despesas administrativas gerais | - | (141) | - | (238) |
| Despesas legais judiciais | - | (15) | - | (52) |
| Outras despesas | - | (38) | - | 52 |
| | (12.447) | (768) | (12.327) | (718) |

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|----------------|----------------|
| Receita financeira | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 3.636 | 2.397 |
| Outras receitas financeiras | 69 | - |
| Total | 3.705 | 2.397 |
| Despesa financeira | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (5.715) | (4.886) |
| Ajuste a valor presente | (121) | (111) |
| Recálculo de penalidades pagas - provisão/reversão | - | 1.211 |
| Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira | - | (920) |
| Atualização penalidades suspensas | (420) | (904) |
| Outras despesas financeiras | (181) | (469) |
| Total | (6.437) | (6.079) |
| Total de resultado financeiro | (2.732) | (3.682) |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.4 Imposto de renda e contribuição social**

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|----------------|----------------|
| Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1) | 25.437 | 24.429 |
| Penalidade contratual (Nota 2.1.1) | (6.590) | (3.066) |
| Base ajustada | 18.847 | 21.363 |
| Outras receitas | - | 731 |
| Base ajustada (c) | - | 731 |
| Presunção Imposto de Renda - 8% (a) | 1.508 | 1.709 |
| Presunção contribuição social - 12% (b) | 2.262 | 2.564 |
| Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c) | - | 234 |
| Demais Receitas e Ganhos de capital (d) | 4.630 | 2.619 |
| Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d) | 6.138 | 4.562 |
| Imposto de renda: 15% | (921) | (684) |
| Adicional de Imposto de Renda: 10% | (590) | (432) |
| Total IRPJ | (1.511) | (1.116) |
| Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)+(d) | 6.892 | 5.417 |
| Contribuição social: 9% | (620) | (488) |
| Total de CSLL | (620) | (488) |
| Total IRPJ e CSLL | (2.131) | (1.604) |

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota prevê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-----------------|-----------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.091 | 1.587 |
| Contas a receber | 4.188 | 3.432 |
| Títulos e valores mobiliários | 28.580 | 26.472 |
| Outros ativos | 1.464 | 1.139 |
| Total ativos financeiros | 36.323 | 32.630 |
| Passivos financeiros | | |
| Fornecedores | (1.115) | (1.353) |
| Empréstimos e financiamentos | (38.799) | (41.599) |
| Penalidades contratuais | (19.406) | (15.100) |
| Contas a pagar e dividendos - partes relacionadas | (303) | (931) |
| Total de passivos financeiros | (59.623) | (58.983) |
| Ativos (passivos) financeiros, líquidos | (23.300) | (26.353) |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Caixa e bancos | 3 | 6 |
| Aplicações financeiras | 2.088 | 1.581 |
| Total caixa e equivalentes de caixa | <u>2.091</u> | <u>1.587</u> |

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade variou de 96,5% a 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Ambas as aplicações são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Reserva SPE (1) | 23.913 | 20.723 |
| Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2) | 2.880 | 2.574 |
| Serviços de manutenção - O&M (2) | 1.087 | 971 |
| Conta centralizadora (3) | 676 | 2.177 |
| Outras aplicações restritas | 24 | 27 |
| Total | <u>28.580</u> | <u>26.472</u> |

A seguir, descrição das principais contas:

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.7).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.4 Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto da seguinte forma:

- Valor a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de R\$ 2.229 (R\$ 2.079 em 31 de dezembro de 2024) referente à receita fixa de geração de energia eólica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1.
- Rubrica de clientes diversos no valor de R\$ 1.231 (R\$ 306 em 31 de dezembro de 2024) majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção, assim como R\$ 319 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 2.1.1.(b)).
- Provisão de R\$ 1.047 referente à indenização adicional junto ao prestador de serviço, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021.

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Ativo circulante | | |
| Receita fixa (*) | 2.229 | 2.079 |
| Clientes diversos | 1.231 | 306 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (**) | (319) | - |
| Total | <u><u>3.141</u></u> | <u><u>2.385</u></u> |
| Ativo não circulante | | |
| Outros | 1.047 | 1.047 |
| Total | <u><u>1.047</u></u> | <u><u>1.047</u></u> |
| Total contas a receber | <u><u>4.188</u></u> | <u><u>3.432</u></u> |

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente a provisão para perdas de créditos (Nota 2.1.1).

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.7).

2.2.5 Outros ativos

O saldo é composto majoritariamente pelos impostos apurados por competência sobre as penalidades contratuais, no valor de R\$ 1.151. A composição está assim demonstrada:

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Ativo circulante | | |
| Outros impostos - PIS, COFINS, IRPJ, CSLL | 809 | 792 |
| | <u><u>809</u></u> | <u><u>792</u></u> |
| Ativo não circulante | | |
| Outros impostos - PIS, COFINS, IRPJ, CSLL | 342 | 103 |
| Depósitos judiciais | 313 | 244 |
| | <u><u>655</u></u> | <u><u>347</u></u> |
| Total | <u><u>1.464</u></u> | <u><u>1.139</u></u> |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.6 Fornecedores**

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Serviços | 850 | 748 |
| Encargos setoriais | 262 | 247 |
| Outros | 3 | 5 |
| Seguros (*) | - | 353 |
| Total de fornecedores | <u>1.115</u> | <u>1.353</u> |

(*) No primeiro trimestre de 2025, o valor referente aos seguros foi integralmente quitado.

2.2.7 Empréstimos e financiamentos**2.2.7.(a) Composição de saldo**

| | Encargos financeiros incidentes | Moeda | Prazo do contrato | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-----------------------|--|--------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Financiamentos | | | | | |
| BNDES | TJLP + 2,18% a.a. | Real | 24/08/2015 - 15/11/2031 | 38.799 | 41.599 |
| | | | | <u>38.799</u> | <u>41.599</u> |
| Total circulante | | | | 6.231 | 4.709 |
| Total não circulante | | | | 32.568 | 36.890 |

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,32% (11,16% para 31 de dezembro de 2024).

2.2.7.(b) Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 41.599 | 45.088 |
| Juros incorridos | 5.715 | 4.886 |
| Juros pagos | (3.360) | (3.685) |
| Amortização de principal | (5.155) | (4.690) |
| Saldo final | <u>38.799</u> | <u>41.599</u> |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.7.(c) Cláusulas restritivas**

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) anual deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida].

Em 31 de dezembro de 2025 o referido índice atingiu o número de 3,90 (2024 – 4,03) conforme apresentado abaixo:

| | <u>Cálculo do ICSD</u> |
|--|------------------------|
| Caixa e aplicações financeiras do ano anterior | 28.059 |
| (-) Conta reserva do serviço da dívida | (2.574) |
| (-) Conta reserva O&M | (971) |
| (A) Caixa inicial das atividades | 24.514 |
| Ajustes no EBITDA | |
| Lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | 588 |
| (+) Provisão de imposto de renda e contribuição social | 2.131 |
| (+/-) Resultado financeiro | 2.732 |
| (+) Depreciação e amortização | 3.798 |
| EBITDA ajustado | 9.249 |
| (-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício, líquido de diferimento | (1.731) |
| (-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte de referência | (140) |
| (B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social | 7.378 |
| (C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES | 8.184 |
| Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C) | 3,90 |

2.2.7.(d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (9 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento.

O desempenho do parque no segundo quadriênio (julho de 2018 – junho de 2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, o parque passou a ter 13,7 MW médios de energia contratual para o período que compreende julho de 2022 a junho de 2026, montante 6,1 % inferior quadriênio anterior (14,6 MW méd.).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em dezembro de 2025 a Companhia registra um valor de R\$ 19.406 referente a provisão para penalidades contratuais, R\$ 5.942 referente à penalidade anual do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio), R\$ 2.055 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 2.587 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio); R\$ 3.780 referente a penalidade anual do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio); R\$ 4.770 referente a penalidade anual corrente do período de julho/2025 a junho/2026 (4º ano do 3º quadriênio) e R\$ 272 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Os valores em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 15.100 | 13.002 |
| Penalidade contratual - reversão exercício anterior | (2.207) | (429) |
| Recálculo penalidades pagas - provisão/reversão | 14 | (1.211) |
| Recálculo penalidades pagas - atualização financeira | - | 920 |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



| | | |
|---|---------------|---------------|
| Atualização financeira | 420 | 904 |
| Saldo de pagamento penalidades suspensas – (2º anuênio - anual julho/2019 a junho/2020) | - | (2.213) |
| Saldo de pagamento penalidades suspensas – (3º anuênio - julho/2020 a junho/2021) | - | (579) |
| Saldo de pagamento penalidades suspensas – (4º anuênio - julho/2021 a junho/2022) | (2.033) | - |
| Saldo de pagamento penalidades suspensas – (2º quadriênio - julho/2018 a junho/2022) | (704) | - |
| Penalidade contratual - finalizada | 3.774 | 2.499 |
| Penalidade contratual - em curso | 5.042 | 2.207 |
| Saldo final | 19.406 | 15.100 |
| Passivo circulante | 13.630 | 13.363 |
| Passivo não circulante | 5.776 | 1.737 |

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Custo Histórico | Valor líquido | Custo histórico | Valor líquido |
| Imobilizado em operação | | | | |
| Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação | 123.468 | 92.421 | 123.468 | 96.076 |
| Total do imobilizado em operação | 123.468 | 92.421 | 123.468 | 96.076 |
| Bens em operação | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 240 | 81 | 240 | 105 |
| Materiais sobressalentes | 130 | 155 | 130 | 123 |
| Instalações | 33 | 5 | 33 | 9 |
| Equipamentos de Informática | 17 | 2 | 17 | 2 |
| Moveis e Utensílios | 6 | 1 | 6 | 2 |
| Total de bens em operação | 426 | 244 | 426 | 241 |
| Total do imobilizado | 123.894 | 92.665 | 123.894 | 96.317 |

Todo o montante de despesa de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

O financiamento junto ao BNDES (Nota 2.2.7) está garantido por 9 turbinas para geração de energia no montante total de R\$ 78.164.

2.3.1.(a) Movimentações em 2025

| | Valor líquido em 31/12/2024 | Depreciação | Valor líquido em 31/12/2025 |
|--|-----------------------------|----------------|-----------------------------|
| Imobilizado em operação | | | |
| Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação | 96.037 | (3.616) | 92.421 |
| Total do imobilizado em operação | 96.037 | (3.616) | 92.421 |
| Máquinas e equipamentos | 105 | (24) | 81 |
| Materiais sobressalentes | 162 | (7) | 155 |
| Instalações | 9 | (4) | 5 |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



| | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|---------------|
| Equipamentos de Informática | 2 | - | 2 |
| Moveis e Utensílios | 2 | (1) | 1 |
| Total de bens em operação | 280 | (36) | 244 |
| Total do imobilizado | 96.317 | (3.652) | 92.665 |

2.3.1.(b) Movimentações no exercício comparativo

| | Valor líquido em 31/12/2023 | Adições | Depreciação | Valor líquido em 31/12/2024 |
|--|-----------------------------|-----------|----------------|-----------------------------|
| Imobilizado em operação | | | | |
| Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação | 99.493 | 83 | (3.539) | 96.037 |
| Total do imobilizado em operação | 99.493 | 83 | (3.539) | 96.037 |
| Máquinas e equipamentos | 128 | - | (23) | 105 |
| Materiais sobressalentes | 169 | - | (7) | 162 |
| Instalações | 12 | - | (3) | 9 |
| Equipamentos de Informática | 2 | - | - | 2 |
| Moveis e Utensílios | 3 | - | (1) | 2 |
| Total de bens em operação | 314 | - | (34) | 280 |
| Total do imobilizado | 99.807 | 83 | (3.573) | 96.317 |

2.3.2 Intangível

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|-------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Custo Histórico | Valor líquido | Custo histórico | Valor líquido |
| Intangível em operação | | | | |
| Intangível em operação | 3.390 | 2.226 | 3.390 | 2.372 |
| Software | 35 | - | 35 | - |
| Total | 3.425 | 2.226 | 3.425 | 2.372 |

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

2.3.2.(a) Movimentações em 2025

| | Valor líquido em 31/12/2024 | Amortização | Valor líquido em 31/12/2025 |
|-------------------------------|-----------------------------|--------------|-----------------------------|
| Intangível em operação | | | |
| Intangível em operação | 2.372 | (146) | 2.226 |
| Total | 2.372 | (146) | 2.226 |

2.3.2.(b) Movimentações no exercício comparativo

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



| | Valor líquido em 31/12/2023 | Amortização | Valor líquido em 31/12/2024 |
|------------------------|--------------------------------|--------------|--------------------------------|
| Intangível em operação | | | |
| Intangível em operação | 2.508 | (136) | 2.372 |
| Total | 2.508 | (136) | 2.372 |

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada em 24 de junho de 2025, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 728 (setecentos e vinte e oito mil reais) mediante emissão de 727.396 (setecentas e vinte e sete mil, trezentas e noventa e seis) novas ações (em 30 de junho de 2024 o valor de 83 (oitenta e três mil reais) mediante emissão de 83.000 (oitenta e três mil) novas ações), nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

O capital social da Companhia é de R\$ 59.937 (cinquenta e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil reais), dividido em 60.504.825 (sessenta milhões, quinhentos e quatro mil e oitocentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 59.209 divididos em 62.525.387 ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas pela Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. A alteração da quantidade de ações da Companhia é devido à aplicação de reserva de capital, conforme explicitado na nota explicativa 2.4.2.

2.4.2 Reservas de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de janeiro de 2026 e nos termos do art. 44 da Lei das S.A. e do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, foi resgatado reserva de capital no montante de R\$ 2.748, divididos em 2.747.958 ações ordinárias, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.604 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 2.604.407 ações ordinárias) sem redução de capital social da Companhia, conforme nota explicativa 2.4.1.

2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025, que foi destinado da seguinte forma:

| | 31/12/2025 |
|------------------------------------|------------|
| Lucro líquido apurado no exercício | 588 |
| Constituição da reserva legal - 5% | (29) |
| | 559 |
| Destinação do Lucro | 559 |

| | |
|---------------------------------|-----|
| Dividendos mínimos obrigatórios | 140 |
| Lucros retidos a deliberar | 419 |

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Reconhecimento de sinistro

A companhia realiza o reconhecimento de receita com sinistros, quando aplicável, apenas após a análise e aprovação da seguradora responsável pelo sinistro. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de

aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
|---|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 6.231 | 5.578 | 19.856 | 7.134 | 38.799 |
| Fornecedores | 1.115 | - | - | - | 1.115 |
| Contas a pagar e dividendos - Partes Relacionadas | 303 | - | - | - | 303 |
| Penalidades contratuais | 13.630 | 5.618 | 159 | - | 19.406 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 4.709 | 4.988 | 17.843 | 14.059 | 41.599 |
| Fornecedores | 1.353 | - | - | - | 1.353 |
| Contas a pagar e dividendos - Partes Relacionadas | 931 | - | - | - | 931 |
| Penalidades contratuais | 13.363 | 937 | 800 | - | 15.100 |

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências**4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço**

A Companhia possui o seguinte processo:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 789 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.
- Ação anulatória de risco possível no montante de R\$ 395 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico em função do não atendimento ao Relatório Anual de Perturbação.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue:

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|---------------------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|
| | Passivo Contas a pagar | Passivo Dividendos | Passivo Contas a pagar | Passivo Dividendos |
| Circulante | | | | |
| Voltalia Energia do Brasil Ltda | 136 | - | 119 | - |

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



| | | | | |
|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Voltalia Serviços do Brasil Ltda | 27 | - | 51 | - |
| Voltalia São Miguel do Gostoso S.A | - | 140 | - | 761 |
| Total | 163 | 140 | 170 | 761 |

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|----------------------------------|--|--|
| | Resultado (Serviços/Gastos Administrativos) | Resultado (Serviços/Gastos Administrativos) |
| Voltalia Energia do Brasil Ltda | (1.232) | (1.180) |
| Voltalia Serviços do Brasil Ltda | (278) | (275) |
| | (1.510) | (1.455) |

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

| SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (R\$ mil) | | | |
|--|---------------------------------|------------------------------------|-----------------------|
| | RAMO | VIGENCIA / SEGURADORA | VALOR EM RISCO |
| GARANTIA | | | |
| SANTO CRISTO | SEGURO GARANTIA CCT | 30/09/2025 A 30/09/2026 - ZURICH | 970 |
| SANTO CRISTO | SEGURO RISCO OPERACIONAL | 13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE | 186.948 |
| SANTO CRISTO | SEGURO RESP. CIVIL | 28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA | 20.896 |

6 Principais práticas contábeis adotadas**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e

os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 **Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 **Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

6.4.1 **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos

governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com

essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e),

Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas

* * *

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

Membros da Administração

voltalia



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretora Geral

Diana Paula Amaral Navas

Diretor Administrativo Financeiro

Adriano Fedalto

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Mauro Jose Bubniak

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@votalia.com*



www.votalia.com     